



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma LEI N° 5480/2000		
Ementa AUTORIZA CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR-FEBEM/SP; FAZ ALTERAÇÕES CORRELATAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LDO; E DÁ PROVIDÊNCIA ORÇAMENTÁRIA.		
Data da Norma 23/06/2000	Data de Publicação 27/06/2000	Veículo de Publicação Imprensa Oficial do Município-
Matéria Legislativa <u>Projeto de Lei n° 7847/2000</u> - Autoria: Prefeito Municipal		
Status de Vigência Em vigor		
Observações PACTOS - convênios FINANÇAS - orçamentos - plurianual FINANÇAS - orçamentos - diretrizes PROMOÇÃO SOCIAL - criança e adolescente Autor: MIGUEL MOUBADDA HADDAD (PREFEITO MUNICIPAL)		
Histórico de Alterações		
Data da Norma 28/09/2001	Norma Relacionada <u>Lei n° 5674/2001</u>	Efeito da Norma Relacionada Alterada por

**LEI Nº 5.480, DE 23 DE JUNHO DE 2.000**

Autoriza convênio com a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor-FEBEM/SP; faz alterações correlatas no Plano Plurianual e na LDO; e dá providência orçamentária.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia 20 de junho de 2.000, **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a celebrar Convênio com a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor-FEBEM/SP, para a execução de projetos destinados ao atendimento de crianças e adolescentes em consonância com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do adolescente.

Art. 2º - O Termo de Convênio a ser celebrado obedecerá à forma estabelecida na minuta em anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 3º - O Programa “Apoio ao menor desamparado, quanto à saúde e à profissionalização”, da Secretaria Municipal de Integração Social, constante do anexo do Plano Plurianual do quadriênio 1998/2001, instituído pela Lei nº 5.081, de 29 de dezembro de 1997, passa a constar como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL**PROGRAMAS****(...)**

Apoio ao menor nas áreas de assistência social, saúde, lazer, educação e capacitação profissional.

OBJETIVOS**(...)**

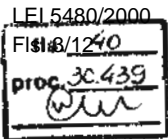
Atendimento e acompanhamento contínuo e sistemático, através da execução de projetos destinados às crianças e adolescentes, em consonância com as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e demais programas municipais.

Art. 4º - O Programa “Apoio ao menor desamparado, quanto à saúde e à profissionalização”, da Secretaria Municipal de Integração Social, constante do Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o orçamento público de 2000 instituída pela Lei nº



(Lei nº 5.480/00)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

(...)

Apoio ao menor nas áreas de assistência social, saúde, lazer, educação e capacitação profissional.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação 13.01.15.81.483.2114, suplementadas com excesso de arrecadação proveniente de repasse de recursos decorrentes do Convênio de que trata esta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



MIGUEL HADDAD

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil.



MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA

Secretária Municipal de Negócios Jurídicos



TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram a
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e a
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR -
FEBEM-SP.

Por este Convênio, de um lado a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR - FEBEM-SP**, entidade instituída pela Lei 185, de 12 de dezembro de 1973, modificada pela Lei nº 985, de 26 de abril de 1976, com sede à Rua Bela Cintra nº 445, bairro da Consolação, município de São Paulo-SP, CEP. 01415-000, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 44.480.283/0001-91, neste ato representada por seu Presidente, portador da CI/RG nº e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº, doravante denominada **CONVENIENTE**, e de outro lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**, com sede à Av. da Liberdade s/nº, Município de Jundiaí, Cep. 13214-900, neste ato representada por seu Prefeito Dr. **MIGUEL HADDAD**, doravante denominada **CONVENIADA**, de conformidade com o Processo FEBEM-SP nº e em atendimento aos princípios e diretrizes da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, observadas ainda as disposições legais da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e demais leis que regem a matéria, ajustam o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento o atendimento a adolescentes, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado pela **CONVENIADA** e analisado e aprovado pela **CONVENIENTE**, de acordo com as especificações descritas.

1.1 - DO LOCAL DO ATENDIMENTO

.....

1.2 - DO REGIME DE ATENDIMENTO

Medida sócio educativa em Meio aberto - Liberdade Assistida - artigo 112 - inciso IV - da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

**1.3 - DA QUANTIDADE, IDADE E SEXO DOS ATENDIDOS**

Quantidade: 100 (cem)
Idade: de 12 a 18 anos
Sexo: ambos os sexos

1.4 - DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho é o constante do ANEXO 1, que faz parte integrante do presente instrumento.

1.5 - DA ÁREA DE ATUAÇÃO

De acordo com o descrito no PLANO DE TRABALHO e no PARECER TÉCNICO emitido pela Divisão de Meio Aberto - DMA, onde fica estabelecido que a **CONVENIADA** deverá prestar atendimento e acompanhamento contínuo e sistemático aos adolescentes, desenvolvendo atividades que enfoquem as áreas de saúde, educação, profissionalização, esporte, lazer, cultura e trabalho, tendo presente o desenvolvimento da cidadania.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá a vigência de(meses), contados a partir da data da respectiva assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos respeitando o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO E DA DENÚNCIA

- 3.1 - O presente instrumento poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo assinado pelas partes, caso não ocorra denúncia de uma delas, comunicada por escrito no prazo de 60 (sessenta) dias de antecedência do término do instrumento, por meio de Ofício numerado e assinado pelos respectivos representantes legais.
- 3.2 - Na ocorrência da denúncia, responderão cada partícipe pelas obrigações até a data do rompimento do acordo, devendo a **CONVENIADA** apresentar à **CONVENIENTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias do evento, a competente prestação de contas, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especiais do responsável, providenciada pela autoridade competente da **CONVENIENTE**.



3.3 - Ocorrida a rescisão do presente Convênio, ficará a CONVENIENTE desobrigada de arcar com os custos das atividades desenvolvidas após a sua respectiva ocorrência.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

A CONVENIADA receberá da CONVENIENTE, pelo atendimento ao objeto descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA, a quantia mensal de R\$....., não cabendo à CONVENIADA nenhum encargo adicional.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente Convênio onera a classificação, orçamentária 3.4.50.43.10/2146/0003 específica para a execução de seu objeto, estimando o valor anual de R\$

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1 - A CONVENIENTE efetuará o repasse financeiro mensalmente a CONVENIADA, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, em.....parcelas.
- 6.2 - O repasse financeiro será efetuado em moeda corrente, por meio de crédito bancário na Nossa Caixa Nosso Banco - NCB em agência indicada pela CONVENIADA.
- 6.3 - Os pagamentos serão liberados sem quaisquer reajustes de acordo com o Plano de Aplicação, exceto para os casos previstos no parágrafo 3º, I, II, III do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93, nas práticas atentatórias aos princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, ou na exposição de relevantes motivos técnicos e/ou administrativos dos setores da CONVENIENTE, até o saneamento das impropriedades havidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 7.1 - A CONVENIADA deverá apresentar a comprovação global dos recursos recebidos - prestação de contas



- nas datas estabelecidas e nos moldes das instruções e Ordens de Serviço específicas do tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

- 7.2 - A **CONVENIADA** deverá aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados na Nossa Caixa Nosso Banco em Caderneta de Poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 01 (um) mês, ou ainda em Fundo de Aplicação Financeira de Curto Prazo, ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazo menor que um mês. Computar a crédito de Convênio e aplicar, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, às receitas financeiras auferidas na forma das aplicações supracitadas, devendo constar da prestação de contas do ajuste, de conformidade com o parágrafo 4º e 5º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

8.1 - A **CONVENIADA** obriga-se a:

- 8.1.1 - Iniciar os serviços descritos na **CLÁUSULA PRIMEIRA** imediatamente após a assinatura do presente instrumento.
- 8.1.2 - Respeitar e atender no que couber todas as Leis Federais, Estaduais e Municipais, aplicáveis a sua atividade, bem como satisfazer, por 'sua conta, quaisquer exigências legais decorrentes da execução do presente instrumento.
- 8.1.3 - Executar o objeto do presente Convênio rigorosamente de acordo com o ECA e o PLANO DE TRABALHO apresentado, observando sua capacidade física e técnica.
- 8.1.4 - Permitir fácil acesso à **CONVENIENTE** de toda a documentação de sua responsabilidade, que venha a ser referente ao desenvolvimento dos serviços objeto do presente instrumento, especialmente para assegurar a adequada aplicação dos recursos financeiros transferidos.
- 8.1.5 - Atender as determinações da **CONVENIENTE**, transmitidas por escrito, quando se tratar de assuntos que



ofereçam questionamento quanto a execução do objeto do presente instrumento.

8.1.6 - Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do presente instrumento.

8.1.7 - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações contidas no presente instrumento.

8.1.8 - Não divulgar dados ou informações a que venha ter acesso, referente ao presente Convênio, salvo se expressamente autorizados pela **CONVENENTE**.

8.1.9 - Designar um profissional para atuar como Gestor Administrativo do presente Convênio, coordenando e fiscalizando os trabalhos e servindo de contato direto com o Gestor da **CONVENENTE**.

8.2 - OBRIGAÇÕES REFERENTES AO PLANO DE TRABALHO

8.2.1 - Prestar atendimento aos adolescentes envolvidos em atos infracionais, quando requerido pelos pais ou responsáveis, após deferimento da medida pelo Poder Judiciário.

8.2.2 - Manter fichas e prontuários individuais dos adolescentes, registrando-se a evolução dos atendimentos prestados.

8.2.3 - Remeter mensalmente à Divisão de Meio Aberto - DMA a Planilha de Registro de Dados de Execução, constando a entrada e saída dos atendidos e outros dados solicitados pela **CONVENENTE**.

8.2.4 - Remeter trimestralmente Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, para apreciação, análise e aprovação da Divisão de Meio Aberto - DMA.

8.2.5 - Aplicar integralmente os recursos financeiros transferidos pela **CONVENENTE** para o desenvolvimento das atividades específicas na área de atuação, destinado à aquisição de materiais de consumo do tipo gêneros alimentícios, vestuário, utensílios, escritório, higiene, didático, pedagógico, cultural, profissionalizante, e outros, sendo vedado seu uso para aquisições de materiais permanentes, reformas e construções.



8.3 - OBRIGAÇÕES REFERENTE A EQUIPE DE TRABALHO

- 8.3.1 - Selecionar rigorosamente o corpo de profissionais para atender o objeto do presente instrumento, treinando-os periodicamente.
- 8.3.2 - Garantir que o corpo de profissionais da **CONVENIADA** trate com cortesia, durante a realização dos trabalhos, tanto os seus colegas como os funcionários e adolescentes da **CONVENIENTE**.
- 8.3.3 - Garantir a disciplina do corpo de profissionais da **CONVENIADA** durante a realização dos trabalhos.
- 8.3.4 - Substituir eventuais faltas ou férias do corpo de profissionais, de forma a não prejudicar o projeto objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

- 9.1 - Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a implantação e o desenvolvimento do objeto do presente Convênio, por intermédio da Divisão de Meio Aberto - DMA.
- 9.2 - Assessorar a equipe de trabalho nas questões metodológicas, por intermédio da Divisão de Meio Aberto - DMA.
- 9.3 - Avaliar as atividades, propondo as reformulações que entender cabíveis, desde que não venham sendo alcançadas as finalidades visadas.
- 9.4 - Transferir os recursos financeiros destinados à execução das atividades, respeitando as determinações contidas no parágrafo 3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.
- 9.5 - Prestar todas as informações possíveis à **CONVENIADA** para a execução dos serviços do presente Convênio.
- 9.6 - Efetuar o repasse dos recursos destinados à **CONVENIADA**, conforme disposto na **CLÁUSULA SEXTA**.
- 9.7 - Designar um funcionário para atuar como Gestor Administrativo do presente Convênio, coordenando e



fiscalizando os trabalhos e servindo de contato direto com o Gestor da CONVENIADA.

CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 10.1 - O presente Convênio obriga as partes, por si e por seus sucessores, não podendo ser cedido ou transferido, total ou parcialmente a terceiros estranhos, sem o prévio e expresse consentimento da outra parte.
- 10.2 - Quaisquer outras medidas complementares e não previstas no presente Convênio poderão ser propostas pelos contratantes, cuja definição e responsabilidades serão objeto de Termo Aditivo.
- 10.3 - A CONVENIADA declara expressamente o conhecimento e a clareza do presente instrumento e, declara mais ainda, de não ser a CONVENIENTE solidária por dívidas de qualquer natureza, contraídas pela CONVENIADA, a qualquer título, em razão do presente Convênio.

CLÁUSULA ONZE - DA PUBLICIDADE

De toda a publicidade que se fizer, deverá constar obrigatoriamente o patrocínio do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM-SP, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES

A não entrega da prestação de contas no prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ou mesmo o seu respectivo atraso injustificado, acarretará multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do presente instrumento.

CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO

- 13.1 - A CONVENIENTE poderá rescindir unilateralmente, o presente Contrato, sem que assista à CONVENIADA direito de reclamação judicial ou extra-judicial, sempre que ocorrer.

JK



- 13.1.1 - O não cumprimento ou cumprimento irregular, pela CONVENIADA das cláusulas do convênio.
- 13.1.2 - A inobservância, por parte da CONVENIADA, das especificações da CONVENIENTE.
- 13.1.3 - O cometimento reiterado de falhas na prestação dos serviços objeto do presente instrumento pela CONVENIADA, anotadas em registro próprio pelo Gestor da CONVENIENTE.
- 13.2 - Ocorrendo a rescisão unilateral pela CONTRATANTE antes do término do prazo de vigência do presente instrumento, não caberá à CONVENIADA qualquer espécie de indenização ou ressarcimento.
- 13.3 - A rescisão poderá ser:
- 13.3.1 - Administrativa, por ato unilateral da CONVENIENTE nos casos previstos no item 13.1 desta Cláusula.
- 13.3.2 - Judicial nos termos da legislação em vigor.
- 13.3.3 - Amigável, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUATORZE - DAS UNIDADES GERENCIADORAS

Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações relativas ao presente Convênio, somente produzirão efeitos vinculatórios se processadas por escrito e remetidas aos responsáveis pelo gerenciamento abaixo:

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR - FEBEM-SP.
A/C DIVISÃO DE MEIO ABERTO - DMA
Rua Bela Cintra nº 445 - 7º andar - Consolação
São Paulo - SP - CEP- 01415-000 - Telefone: (011) 258-4051
R.233

CONVENIADA: PROJETO SINAL AMARELO
Prefeitura Municipal de Jundiaí
Secretaria Municipal de Integração Social - SEMIS
Praça dos Andradas, s/nº - Centro - Jundiaí - SP
CEP- 13200-070 - Fone: (011) 434-2900
CLÁUSULA QUINZE - DO FORO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

No. 15
30.439
LEI 5480/2000
Fls. 42/42

No. 49
proc. 30.439
Ow

Foi eleito o Foro da Capital de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa das partes, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordes, assinam as partes o presente Termo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, assistidas pelas testemunhas abaixo

São Paulo,de.....de 2.000

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR - FEBEM-SP

MIGUEL HADDAD
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

RG N°

RG N°

mhb/klh